

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

2014 – 2021

PROGRAMA AMBIENTE, ALTERAÇÕES

CLIMÁTICAS E ECONOMIA DE BAIXO

CARBONO

‘PROGRAMA AMBIENTE’

- Adaptação: Da teoria à prática –

Fórum de discussão:

Contributo de cada projeto para aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às Alterações Climáticas em áreas específicas (Outcome 3).

10 de maio de 2022

Índice

Enquadramento	1
Q1. O que temos de conhecer para planear e intervir em adaptação?	3
Informação necessária	3
Dificuldades na obtenção da informação existente	3
Informação em falta.....	3
Fontes de informação existentes.....	4
Q2. Como temos de planear para intervir em adaptação?.....	4
Novo ciclo de planeamento	4
Mainstreaming de adaptação das políticas públicas	5
Participação e envolvimento da sociedade civil	6
Q3. Como temos que intervir em adaptação?	7
O que são medidas de adaptação e qual a sua eficácia.....	7
Monitorização das medidas de adaptação	8
Financiamento.....	8
Governança	9

Enquadramento

O Outcome 3 do Programa Ambiente - Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às alterações climáticas em áreas específicas - desenvolve-se nas vertentes de mitigação e adaptação às alterações climáticas, e em três linhas transversais: o conhecimento, o planeamento e a gestão.

Para a operacionalização deste Outcome 3 foram lançados dois projetos pré-definidos ('PDP-2: Roteiro Nacional para a Adaptação 2100' e 'PDP-3: Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas') e três avisos ('Call#4: Implementação de projetos piloto de laboratórios vivos de descarbonização e mitigação às alterações climáticas', 'Call#5: Projetos de preparação para condições meteorológicas extremas e de gestão de riscos no contexto das alterações climáticas' e 'SGS#3: Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local').

Os projetos PDP2 e PDP3 e aqueles que foram aprovados no âmbito do SGS#3 e da Call#5 correspondem aos projetos que irão contribuir diretamente para as metas de adaptação do Programa Ambiente.

O 'PDP 2: Roteiro Nacional para a Adaptação 2100' representa especialmente a componente de CONHECIMENTO.

Os projetos que foram aprovados no âmbito do 'SGS#3 (A): *Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local - Elaborar Estratégias e Planos de Adaptação às Alterações Climáticas à escala local*' representa especialmente a componente de PLANEAMENTO.

Os projetos que foram aprovados no âmbito do 'SGS#3 (B): *Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local - Operacionalização de Estratégias e Planos de Adaptação às Alterações Climáticas à escala local*', o 'PDP 3: Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas' e os projetos que foram aprovados no âmbito da 'Call#5: Projetos de preparação para condições meteorológicas extremas e de gestão de riscos no contexto das alterações climáticas' representam especialmente a componente de GESTÃO.

Contributo dos projetos para as metas de adaptação do Programa Ambiente

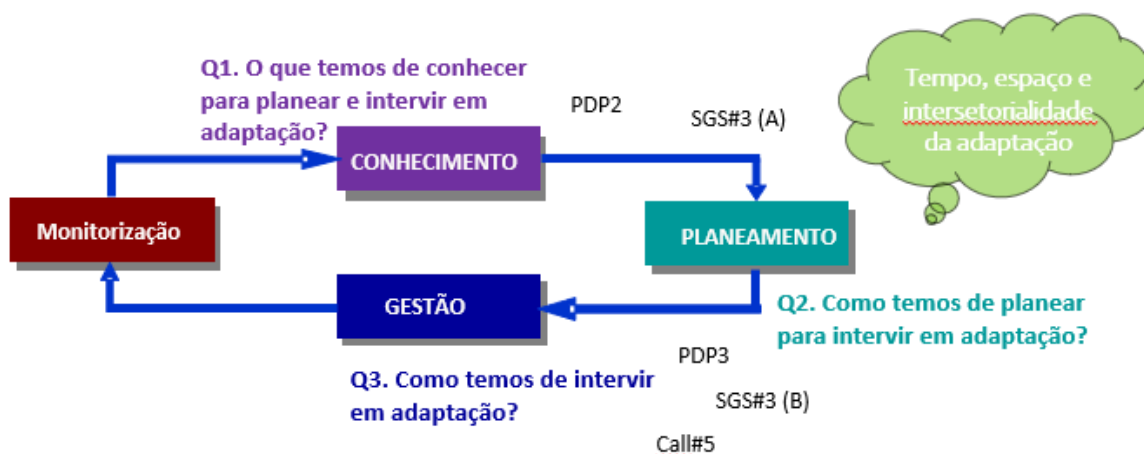
Objetivo	Descrição	Indicadores	Meta	CONHECIMENTO	PLANEAMENTO	GESTÃO		
				PDP2	SGS#3 (A)	SGS#3 (B)	PDP3	Call#5
Objetivo 3	Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às alterações climáticas em áreas específicas	Número de pessoas que beneficiam do desenvolvimento de estratégias de adaptação.	2 600 000		X	X		
		% de habitat destruídos pelos incêndios recuperados na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira	30%				X	
		Número de acres com menor suscetibilidade à desertificação	250					X
Resultado 3.1	Adaptação às alterações climáticas a nível local reforçada.	Número de municípios-alvo com planos de adaptação desenvolvidos.	8		X			
		Número de municípios-alvo com medidas concretas em planos de	9			X		

Objetivo	Descrição	Indicadores	Meta	CONHECIMENTO	PLANEAMENTO	GESTÃO		
				PDP2	SGS#3 (A)	SGS#3 (B)	PDP3	Call#5
		adaptação						
Resultado 3.2	Avaliação de vulnerabilidades territoriais das alterações climáticas	Número de Regiões do Território Nacional incluídas na Avaliação de vulnerabilidades territoriais das alterações climáticas	5	X				
Resultado 3.4	Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas	Implementação de um Programa de Monitorização de Fluxos	Sim				X	
		Redução do Número de Espécies Invasoras	5				X	
		Número de profissionais capacitados	160				X	
Resultado 3.5	Projetos-piloto de combate à desertificação concluídos	Número de projetos-piloto de combate à desertificação	3					X

Esta reunião pretendeu ser a primeira sessão de três, a segunda a realizar-se no segundo semestre de 2022 e a terceira no primeiro semestre de 2023, subordinadas aos seguintes tópicos de discussão:

- Contributos para os objetivos (indicadores e metas) do aviso e do ‘Programa Ambiente’;
- Cenários climáticos que identifiquem ameaças e oportunidades;
- Bons exemplos de processos de planeamento e governança;
- Bons exemplos de medidas de adaptação;
- Resultados alcançados e recomendações para o futuro.

Nesta sessão debruçamo-nos sobre três questões:



O desafio colocado aos participantes foi pensar num ciclo de planeamento mais (também ele) adaptável às incertezas das alterações climáticas. Sair de ciclos de planeamento pré-definidos (5/5 anos, 10/10 anos) e de planos estanques no tempo/espaço/setor, e adquirir uma maior capacidade de gestão adaptativa. Hoje podemos priorizar medidas dirigidas a fenómenos extremos e a serviços

de ecossistema, amanhã podemos ter de garantir a coerência e manutenção dessas medidas em unidades territoriais independentemente de divisões administrativas, e, ainda, ter de reforçar as medidas já implementadas.

De seguida apresentam-se resumidamente os temas discutidos em cada questão colocada.

Q1. O que temos de conhecer para planear e intervir em adaptação?

Informação necessária

Os participantes destacaram a importância de realizar uma caracterização do território e perceber o que existe atualmente.

É necessário o conhecimento do território, conhecer os perigos, a exposição e as vulnerabilidades. E por isso, considerar as circunstâncias locais na avaliação de risco.

Só conseguimos avaliar bem os riscos e definir as prioridades de intervenção, se conseguirmos projetar o aumento da temperatura, redução da precipitação para todo o território. As projeções climáticas devem ser diferenciadas e daí a importância da caracterização e cenarização climática (temperaturas e pluviosidade, mas também espécies e ecossistemas) e da regionalização dos cenários climáticos. Foi igualmente referida a importância da caracterização dos setores, com base em dados estatísticos.

Dificuldades na obtenção da informação existente

Os projetos enfatizaram a dificuldade no acesso a informação, informação essa, muitas vezes detida por outras entidades e pouco atualizada.

Existe informação que não está na alçada dos municípios, e que para se aceder, é necessário passar por um processo burocrático moroso, sendo muitas vezes da responsabilidade da Administração Central. Frequentemente, a informação disponibilizada não é completa e quando é completa, o tempo que demora a ser disponibilizada, coloca em causa o estudo.

Além disso, há uma grande heterogeneidade de fontes de informação com dados diferentes, que dificulta a análise.

No caso dos dados de precipitação e temperatura, existem dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), mas não estão acessíveis de forma gratuita. Consequentemente, os projetos tiveram que recorrer a bases de dados de modelos numéricos, mais académicas, mais científicas, não tendo por base dados reais do país, mas sim, através de extrapolação de resultados de modelos climáticos.

Informação em falta

É essencial ter uma boa base de dados histórica, num período bastante alargado, pelo menos 30 anos, para conseguir perceber qual é a tendência no futuro. Em 2010, há um período com falta de dados no que toca à precipitação, à temperatura e aos dados hidrométricos. Isto acontece, porque as estações hidrométricas estão um bocadinho abandonadas.

Assim, não temos uma densidade de estações com um histórico sólido que nos permita ter informação robusta ao nível local e muitas vezes até ao nível regional, para realizar uma caracterização climática.

Na experiência do projeto, 'Franca Adaptação' também teve dificuldade em articular e enumerar todos os eventos para o perfil de impactos climáticos. Tiveram que recorrer a vários tipos de fontes, não só as oficiais, como também a artigos publicados, jornais, etc. Ressaltaram os problemas de sistematização da informação.

No que toca à escala temporal, existe dificuldade na definição de períodos curtos ou longos. Os períodos curtos podem não incluir todo o tipo de eventos, enquanto os períodos longos podem conter eventos que já não são relevantes, pois a obra pode já ter sido executada.

Existem séries temporais de dados relativos às questões climáticas, mas há falta de séries temporais relativamente a ciclos ecológicos, relativamente a algumas espécies autóctones ou até mesmo das invasoras.

Foi ainda referida a multiplicação de fontes de cenários climáticos. As instituições devem criar sinergias para chegarmos a um único cenário climático por região e com reconhecida validação desse cenário.

Por outro lado, foi evidenciada também a dificuldade na caracterização dos setores, com informação estatística para períodos longos.

Fontes de informação existentes

A Lei do Clima nº98/2021 é disruptiva, no que toca ao planeamento em matéria de adaptação e também de mitigação. Num horizonte temporal relativamente curto, cerca de 2 anos, todas as regiões e os 308 municípios terão que ter os seus Planos de Ação Climática, que engloba para além da adaptação, a mitigação. Isto obrigará a que todos estes atores públicos possam neste período de tempo reduzido, intervir. É um desafio muito grande com um prazo muito curto, e a APA está a preparar orientações para a elaboração desses planos.

O Roteiro Nacional para as Alterações Climáticas (PDP2 do 'Programa Ambiente'), da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, irá disponibilizar cenários ao nível das regiões – vai ser publicado no final do próximo ano.

Caixa de Correio do Roteiro Nacional para as Alterações Climáticas rna2100@apambiente.pt

Q2. Como temos de planear para intervir em adaptação?

Novo ciclo de planeamento

O processo de construção do Plano de Ação para fazer um bom diagnóstico, uma vez que sem conhecimento, não se consegue planear com qualidade.

Os limites dos planos territoriais dos Planos de Adaptação devem ser pensados além do próprio município, uma vez que o clima não é afetado pelos limites territoriais.

A escala temporal do planeamento não ultrapassa os 10 anos, e os municípios apresentam mandatos a 4 anos, pelo que há dificuldade em pensar em caminhos adaptativos que envolvem ações a 2030 ou mais (2100).

O ciclo de planeamento deverá prever a atualização dos planos de forma mais flexível, em períodos curtos de 5/5 anos, decorrente da avaliação de indicadores de seguimento do plano e de indicadores de monitorização das medidas de adaptação.

Conjunto de medidas e ações, que do ponto de vista setorial respondam às várias vulnerabilidades identificadas para um determinado território à escala municipal, ou até intermunicipal, regional ou nacional.

O caso do Loulé espelha um bom exemplo, uma vez que tem uma ação muito vertical, o plano de adaptação foi estruturado, no que toca às medidas e às ações, em articulação com os atores setoriais.

Enquanto o planeamento da ação climática, sobretudo na componente da adaptação, onde os municípios podem ter mais contributos, não estiver no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a integração das medidas e das ações que emanam dos Planos Municipais nos instrumentos de gestão territorial é fundamental.

Ou seja, nem todas as ações vão obviamente necessitar de ser inseridas nos instrumentos de gestão territorial, mas existem algumas que devem estar incorporadas. Sobretudo quando há uma revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e de Planos de Pormenor, as ações devem ser incorporadas.

Nos Regulamentos municipais, as ações são mais fáceis de ser integrados. Processo mais simples, mais rápido, que pode fazer com que a adaptação possa ser concretizada mais rapidamente, em comparação com a aprovação dos planos municipais de adaptação.

É necessário também, não tratar estes planos como estáticos, são dinâmicos e hão de estar sempre em constante evolução em função das mudanças no clima. Trata-se de processos que vão sendo alterados, que devem ser tratados como processos práticos, que acompanham as dinâmicas próprias do clima.

A avaliação dos planos deve ser simplificada.

Os Planos deviam ser revistos periodicamente. Na Lei do Clima já existe a obrigação para essa periodicidade para uma série de instrumentos.

A APA tem reportes anuais, bianuais das políticas e medidas de adaptação do nosso país. No ano passado, houve o primeiro grande reporte de adaptação. Passo importante para o reconhecimento da importância da adaptação.

Mais do que fazer Planos, estes devem ser implementáveis e monitorizáveis, de uma forma célere e fácil. Estes devem ser revistos, visto que alguns Planos datados de 2018 já estão a ser afetados pelas alterações climáticas atuais, como a falta de pluviosidade sentida este ano. Desta forma, algumas medidas dos Planos já deviam ser adaptadas ou substituídas, dada a experiência da implementação no terreno.

Mainstreaming de adaptação das políticas públicas

Portugal tem desde 2010 uma Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC) -RCM n.º 24/2010, de 18 de março, fazendo a adaptação às alterações climáticas parte do nosso panorama político desde 2006, no seio da Comissão para as Alterações Climáticas e do seu Comité Executivo (CECAC).

Na EN AAC, em 2010, a integração da adaptação da dimensão adaptação às alterações climáticas nas várias políticas sectoriais e nos instrumentos de gestão territorial de âmbito regional e local é considerado um processo fundamental. A importância do local na adaptação é reforçada em 2015, com a publicação da EN AAC 2020, no seu objetivo III. “III. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.”

No último ano, com a publicação da Nova Estratégia Europeia de Adaptação da União Europeia houve um reforço positivo na adaptação, reforçando a importância do local.

Assim, o local é uma pedra basilar da adaptação. É uma diferença substancial para a mitigação.

Toda esta integração introduz múltiplos processos de adaptação, promovidos por vários agentes tanto públicos, como privados.

No entanto, é preciso procurar uma harmonização através das normas e orientações, com os novos Planos de Ação Climática que constam da Lei de Bases do Clima, e o modelo de governança tem que conseguir juntar todas estas peças, reforçando a importância do local, reportando às regiões e depois ao Governo central e por último à União Europeia e às Nações Unidas.

Participação e envolvimento da sociedade civil

Os planos devem ser implementados no terreno, sendo desenvolvidos com a participação da comunidade, em processos muitos participativos – práticas *top-down* e também *bottom-up*.

Os processos de planeamento são tratados como um processo *top-down*, com pouco envolvimento dos cidadãos ou dos representantes dos cidadãos, tornando difícil a compreensão do que se passa atualmente e do que vai ocorrer com os vários cenários climáticos. É, portanto, essencial a participação destes atores para tornar os territórios mais resilientes, ou seja, criar as comunidades de adaptação.

Estes planos de ação demoram cerca de um ano e meio a ser elaborados e no caso da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) foram apoiados pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). Foi um processo participativo com o envolvimento de várias entidades públicas e privadas e da própria sociedade civil.

Destacou-se a importância da cooperação entre regiões e as entidades e das próprias instituições de Ensino Superior.

Além disso, foi identificada a dificuldade de transmissão de informação à sociedade civil, apesar de existirem ações de apresentação dos projetos.

Entre a elaboração do Plano e a aplicação prática de medidas existe um fosso, falta de comunicação entre quem elabora os planos e os principais afetados. Tem que haver um esforço de passar do plano para formar os agentes afetados com as alterações climáticas, envolvendo os grupos de ação local. Para que haja uma adaptação destes agentes executores à nova realidade com novas práticas, e formação de quem tem de começar a fazer de maneira diferente. Assim, as medidas serão aceites mais facilmente e possivelmente serão mais bem-sucedidas.

No momento do planeamento e formulação de medidas de adaptação, normalmente, nos processos participativos não se entra diretamente logo em conflito, mas sim na execução (definição das ações concretas), por exemplo, medidas de reabilitação e valorização dos corredores ecológicos em cursos de água vs uso agrícola.

Porém, quando se está no processo de execução dessas medidas de adaptação e com projetos concretos de intervenção, aí sim, quando se está nas sessões públicas e no momento participativo, aparecem os momentos de conflito que são naturais da multiplicidade de utilizadores.

É necessário melhorar a componente técnica e científica de quem faz a mediação nas sessões públicas de sensibilização, informação, envolvimento. Os técnicos têm que estar próximos da população para lhes ajudar na sua adaptação e para aumentar a resiliência.

Q3. Como temos que intervir em adaptação?

O que são medidas de adaptação e qual a sua eficácia

Medidas de adaptação são ações concretas que diminuem o risco de sermos afetados pelos impactos das alterações climáticas. Existem medidas de génese natural e artificiais que nos permitem continuar a viver com menor risco, em locais em risco climático.

As medidas de adaptação são linhas estratégicas para operacionalizar uma estratégia de adaptação. Na prática, são a base para definir as ações ou os projetos a implementar e para responder às necessidades de adaptação identificadas. Trata-se de projetos concretos de ajustamento ao clima atual ou futuro.

Existem as ações infraestruturais – intervenções físicas ou de engenharia, com o objetivo de tornar os edifícios ou outras estruturas melhor preparadas para lidar com eventos extremos e as infraestruturas verdes para reverter a perda da biodiversidade ou degradação de ecossistemas, ou restabelecimento dos ciclos da água, podendo recorrer-se a técnicas de engenharia natural.

Existem as ações não estruturais ou “soft” que correspondem à implementação política, concretizadas em planos, processos, estratégias, regulamentos, etc. Procurando que as medidas de adaptação sejam consideradas nas várias políticas e setores locais, de governança. Mecanismos e soluções institucionais que vão permitir articular os vários atores para responder a vulnerabilidades comuns, com uma dimensão que é muito *bottom-up* e que carece de ter uma maior relevância. Destaca-se o papel das escolas no processo de adoção de reciclagem na casa dos portugueses nos anos 80.

Assim, a dimensão das ações não estruturais direcionadas para a capacitação e sensibilização, que visam aumentar a capacidade de resposta dos vários atores.

Devem estar incluídas ações de monitorização de acompanhamento regular da evolução climática e dos impactos das alterações climáticas e da capacidade adaptativa dos atores e dos setores, bem como dos critérios de intervenção prioritária.

As medidas de adaptação são aquelas que nos permitem reduzir os riscos associados às alterações climáticas, mas não são as mesmas de local para local. Uma medida aplicada no Algarve, não tem qualquer relevância numa região do Gerês.

As medidas de adaptação e mitigação têm que estar agarradas ao território, aos agentes sociais (empresas, agricultores) e às componentes socioambientais.

É necessário o alinhamento com os instrumentos que já existem, como é o caso dos setores da ENAAC, ao nível da estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas ou do PT-A3C.

A importância do local para a adaptação e da visão integrada para o território torna necessária uma articulação entre o Plano Diretor Municipal (PDM) e o Plano de adaptação às alterações climáticas, bem como a capacitação e envolvimento das divisões de urbanismo, ambiente e a própria proteção civil.

Muitas vezes o critério utilizado para a avaliação das medidas de avaliação é o preço, porém devem ser usados critérios ambientais e socioculturais.

É muito importante avaliar a eficácia da medida perante o local que estão a trabalhar e devem incidir na redução dos riscos, na redução de perdas e danos de potencial risco, ou nos co-benefícios associados a outros objetivos sociais, económicos e ambientais.

As metodologias de apoio à tomada de decisão devem incluir a análise de caminhos de adaptação, com a priorização de medidas de adaptação tendo em consideração um intervalo temporal e os cenários climáticos, até um limiar de risco pré-definido (que pode ser ajustado), com a participação dos cidadãos.

A adaptação está a atravessar um momento de transição para um modelo de gestão mais sistémico e articulado, nomeadamente com a área da mitigação.

Temos que pensar, que por vezes, uma medida de adaptação é prejudicial à mitigação e vice-versa. O Plano de Ação Climática vai ajudar a este pensamento mais integrado, como é caso, por exemplo, do Plano Nacional Energia e Clima 20-30, uma vez que a adaptação integra um dos vetores deste plano – vetor da descarbonização. Portanto, é necessário um alinhamento das políticas públicas de operações climáticas e não apenas de adaptação ou de mitigação.

Como é que se prioriza medidas? No caso da AMAL foi identificado um setor prioritário, os recursos hídricos, sendo que as medidas que estavam previstas no plano estão a ser executadas, fruto de um pacote financeiro – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Monitorização das medidas de adaptação

Para se realizar a monitorização do impacto das medidas sugere-se uma avaliação *a priori* e depois a mesma avaliação à *posteriori* com a mesma análise multicritério, por exemplo através da modelação.

A transversalidade da adaptação e a ausência de métricas claras tem sido uma barreira, porque na mitigação falamos na redução de gases com efeitos de estufa, na adaptação não é tão linear na monitorização.

Logo, é essencial termos indicadores e métricas claras para conseguir avaliar a eficácia dos Planos e Estratégias de adaptação local.

O reforço dos mecanismos de reporte e a revisão de progressos a nível europeu é essencial para que sejam definidos indicadores claros a ser utilizados pelos mais diversos agentes responsáveis pela implementação de medidas de adaptação, que nos permitam agregar ao nível nacional a informação para os reportes comunitários.

É fundamental o estabelecimento de mecanismos de gestão de informação para se fazer a ponte entre a escala local e nacional.

A monitorização do impacto das medidas deverá ser um processo dinâmico de avaliação de risco e de ajuste de medidas, uma vez que uma medida que hoje é eficaz, por algum motivo natural ou humano, pode daqui 1,2 ou 3 anos deixar de ser eficaz.

Financiamento

A adaptação, pelas suas características, carece de um financiamento de longo prazo, necessário para a execução das medidas, algumas a 2100.

Sem a definição de estratégias e da elaboração dos planos é muito mais difícil elaborar candidaturas a fundos comunitários de forma consistente e robusta. Outra dificuldade identificada são os recursos humanos existentes, devido à complexidade técnica deste tema para verter conhecimento nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e nos regulamentos.

Em relação ao financiamento é importante referir o Regulamento da Taxonomia da União Europeia, uma vez que todos os financiamentos comunitários têm que respeitá-lo e garantir que o mesmo é seguido. É fundamental que na elaboração das medidas, estas devem estar inseridas no âmbito deste regulamento, para que sejam consideradas ambientalmente sustentáveis e que não prejudicam nenhum dos seis objetivos ambientais.

Governança

A visão integrada da ação climática e a transversalidade da adaptação às alterações climáticas está patente nas políticas públicas do clima nacionais, quer no Quadro Estratégico de Política Climática (2015) quer na Lei do Clima (2021).

Na operacionalização da adaptação, as medidas estão alinhadas com os setores da ENAAC e depois existem outras medidas definidas de forma transversal, ou seja, afetam vários setores. Mais tarde, deste conjunto de medidas serão selecionadas uma parte considerada prioritária no contexto atual, o que foi feito para o P3AC, por exemplo.

Existem setores que também poderiam ser trabalhados, relacionados com as medidas de adaptação, como o património cultural.

Criar conselhos locais de adaptação ou comunidades de adaptação, que vão ser ouvidos na construção do plano de ação e mesmo depois da elaboração do plano de ação, estes conselhos vão estar envolvidos nas reuniões semestrais para que possam acompanhar as questões associados às alterações climáticas.

Assim, consegue-se assegurar a monitorização do Plano Municipal e se o que foi planeado é o que está a acontecer, se há necessidade de correção de trajetórias.

Entidades participantes:

Adaptation with Knowledge, Climate Change (AWK)

Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA)

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Águas do Porto

Ana Salgueiro Consulting

Área Metropolitana de Lisboa (AML)

Associação Portuguesa dos Industriais de Águas Minerais Naturais e de Nascente/Associação Portuguesa de Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas (APIAM/PROBEB)

Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental (RISKam)

Câmara Municipal de Almodôvar

Câmara Municipal de Braga

Câmara Municipal de Loures

Câmara Municipal de Mafra

Câmara Municipal de Mértola

Câmara Municipal de Oeiras

Câmara Municipal de Setúbal

Câmara Municipal de Vila do Conde

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU)

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM – RC)

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC)

Comunidade Intermunicipal do Algarve - CIM Algarve (AMAL)

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL)

Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM)

EEA Grants – Unidade Nacional de Gestão

Engenho & Rio

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Gama Glória

Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Tecnologia de Setúbal

IrRADIARE – Science for evolution -

Marine and Environmental Sciences Centre (MARE)

Norwegian Ministry of Foreign Affairs

Secretaria-Geral do Ambiente - 'Programa Ambiente'

Documento elaborado por:

SECRETARIA-GERAL DO AMBIENTE

Emília Paula Silva (Técnica Superior do Serviço de Prospetiva e Planeamento e Unidade EEA Grants)

Maria Manuel Reis (Estagiária do Serviço de Prospetiva e Planeamento)

Susana Escária (Diretora do Serviço de Prospetiva e Planeamento e Unidade EEA Grants)